



PODER

Expectativa de votar a PEC dos Precatórios até 2 de dezembro

Relator da proposta no Senado, o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra, acredita que, se houver acordo, a apreciação do texto em plenário ocorrerá entre o fim deste mês e o início do outro. Matéria passará pela CCJ

» ISRAEL MEDEIROS
» JORGE VASCONCELLOS

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), foi confirmado como o relator da PEC dos Precatórios, com a qual o governo pretende viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. Indicado para a função pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o parlamentar disse esperar que a proposta seja pautada no colegiado no próximo dia 23, antes de ir ao plenário.

A PEC dos Precatórios foi aprovada em segundo turno na Câmara na noite de terça-feira e, agora, vai tramitar no Senado. Entre outros pontos, o texto altera o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões que estão previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios — dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e contra as quais não cabem mais recursos.

Durante coletiva de imprensa, Bezerra disse que Alcolumbre e líderes partidários pediram para que a PEC começasse a tramitar pela CCJ. Na avaliação do líder governista, essa tramitação é necessária para “criar um ambiente de entendimento” e dar uma “oportunidade ao amplo debate”, em razão da falta de consenso em torno da matéria.

“Nós temos de respeitar o tempo político no Senado Federal. Eu tenho muita confiança, assim como feito agora para a transformação do Bolsa Família no Auxílio Brasil, que já vai começar a ser pago a partir do dia 16 de novembro, certamente, assim que o Senado deliberar, que eu tenho expectativas de que será na semana do dia 23, 24 ou na semana do esforço concentrado, nós chegaremos ao final de dezembro iniciando o pagamento com o valor revisto de R\$ 400 para os beneficiários do Auxílio Brasil”, pontuou Bezerra.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de os beneficiários ficarem sem os R\$ 400 prometidos pelo governo, caso o Senado não aprove a PEC, Bezerra disse que não quer trabalhar com suposições. “Eu acho que as datas já estão desenhadas. Faremos um esforço para aprovar na semana dos dias 23 e 24. Se não for possível, na semana do esforço

Pedro França/Agência Senado



Alcolumbre (E) com Bezerra: presidente da CCJ pediu que PEC fosse avaliada pelo colegiado antes de seguir para o plenário



De fato, quanto antes melhor, essa é a expectativa do governo, mas temos de respeitar o tempo político no Senado. Tenho confiança de que, assim que o Senado deliberar, e tenho expectativa que seja ou no dia 23 ou no esforço concentrado, começaremos a pagar no final de dezembro”

Fernando Bezerra (MDB-PE),
vice-líder do governo no Senado

Sem queimar etapas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegou a sinalizar que poderia levar o texto diretamente ao plenário, para agilizar a tramitação, mas a votação na CCJ, como manda o rito para uma alteração constitucional, foi uma “demanda” do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que preside o colegiado.

concentrado, e eu tenho certeza de que o Ministério da Cidadania vai se desdobrar para assegurar o primeiro pagamento com o novo valor a partir de dezembro”, acrescentou.

A PEC deve enfrentar forte resistência no Senado. Em pronunciamento, ontem, no plenário, o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) anunciou que está coletando assinaturas para apresentar uma PEC alternativa à que foi aprovada pelos deputados. Segundo o parlamentar, o objetivo é garantir o Auxílio Brasil sem desconsiderar o teto de gastos.

Calote

Segundo o senador, a proposta aprovada na Câmara, além de furar o teto de gastos, promoverá um “calote” na sociedade, já que permite ao governo o não pagamento de precatórios, o que deveria ser líquido e certo.

Guimarães assegurou ser totalmente possível estabelecer um auxílio social como política pública de Estado e não de governo, sem necessidade de alterar o teto de gastos. Disse, ainda, que sua intenção, ao apresentar a PEC, é oferecer mais uma alternativa viável ao país e que também vai ajudar o próprio governo federal.

“Estamos há três semanas trabalhando incansavelmente nessa PEC. Não trabalho sozinho, mas com técnicos do Instituto Fiscal Independente (IFI), com técnicos do meu gabinete, com outras pessoas que me ajudaram, e chegamos à seguinte e clara conclusão: é possível, sim, estabelecer um auxílio de R\$ 400 por mês, permanente, não um auxílio eleitoral, que vai acabar daqui a um ano, não. Um auxílio permanente, uma política de Estado, e não uma política de um governo”, acrescentou.

Nas redes sociais, o parlamentar também criticou a proposta.

“Essa PEC, sob a desculpa de que quer criar um auxílio para os que passam fome, traz jabutis dentro dela. O jabuti que é a quebra do teto de gastos e uma enorme quantia de dinheiro para as emendas secretas do relator e para politicagem no ano que vem”, postou. “É puro populismo fiscal. Nós podemos, sim, criar auxílio para os que estão com fome, respeitando o teto de gastos.”

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) também criticou a proposta. Ela disse que o Senado não vai ratificar o texto aprovado pela Câmara. “Decisões do STF não se driblam. O STF, como Casa revisora, do bom senso, do equilíbrio e da moderação, não vai ratificar que atitude inconstitucional da Câmara dos Deputados, no sentido de que, por meio de decreto ou PEC, se torne em instância superior ao Supremo, que é o guardião da Constituição Federal”, destacou, nas redes sociais.

Segundo a parlamentar, “seria dar poder de descumprir decisão judicial, criando insegurança jurídica e política, num precedente perigoso”. “Em outras palavras: o Congresso pode, o cidadão também poderia descumprir decisão judicial. Não pode. Jamais poderemos. Seria a barbárie do olho por olho, dente por dente.”

Roma confiante na aprovação sem mudanças

Um dia após a Câmara aprovar a PEC dos Precatórios em segundo turno, o ministro da Cidadania, João Roma, demonstrou confiança no aval à proposta no Senado, Casa que costuma oferecer mais resistência aos projetos do governo. Ele também disse esperar que os senadores mantêm o atual texto.

Medida para viabilizar o pagamento de R\$ 400 no Auxílio Brasil até dezembro de 2022, ano eleitoral, a PEC dos Precatórios foi avalizada na Câmara por 323 a 172 votos. Na visão do ministro, a aprovação foi “expressiva”. “Isso nos deixa muito confiantes de que o Senado também poderá agir com toda diligência. Assim como o presidente Rodrigo Pacheco, depois de conhecer toda a matéria, mostrou sua sensibilidade e disse que iria empenhar esforços para, inclusive, sensibilizar os pares senadores”, afirmou Roma a jornalistas, depois de participar de um evento com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto.

Roma insistiu que a PEC

deve ser aprovada o mais rápido possível. “Se essa tramitação se estender até o próximo mês, vai inviabilizar que o benefício de R\$ 400 chegue aos brasileiros em dezembro. Para funcionar em dezembro, precisamos finalizar as tratativas até novembro, que não é apenas a aprovação da PEC, tem todo um bastidor para viabilizar”, explicou. “Cabe ao Senado Federal ter sensibilidade e somar esforços.”

O ministro ainda defendeu que a matéria já foi amplamente discutida no Congresso e, por isso, confia na manutenção do texto no Senado. “O que esperamos é que não (haja mudanças), queremos é aprovação no mais curto espaço possível”, afirmou. Por outro lado, ponderou que o Senado tem autonomia para eventualmente alterar o texto da PEC.

Ele ainda agradeceu aos deputados, ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e ao relator do projeto na Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB) pela aprovação da medida.

CMO: crédito de R\$ 9,3 bi para o Auxílio Brasil

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, ontem, um projeto que abre crédito especial no Orçamento da União no valor de R\$ 9,3 bilhões para bancar o Auxílio Brasil. A decisão ainda precisa ser ratificada em sessão do Congresso, marcada para hoje.

Segundo o texto aprovado, serão cerca de R\$ 9,2 bilhões para o novo programa de transferência de renda; R\$ 93,4 milhões para apoio a municípios por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e R\$ 2 milhões destinados à publicidade do programa.

Os recursos em questão serão remanejados do antigo Bolsa Família, que tinha orçamento anual próximo a R\$ 33

bilhões. Os valores destinados para o programa, neste ano, chegaram aos R\$ 35 bilhões, mas o programa foi descontinuado no início deste mês para dar lugar ao Auxílio Brasil, que pretende ter mais beneficiários e pagamentos mais elevados.

Na mesma sessão da CMO, os parlamentares aprovaram um outro projeto, o PLN 23/2021, que adapta o Plano Plurianual (PPA) para permitir a execução do Auxílio Brasil. O plano atual entrou em vigor em 2020 e vai até 2023. No entanto, o Bolsa Família só será retirado oficialmente do PPA atual depois que a MP 1.061/21, que regulamenta o novo programa, tramitar no Congresso.

Conta elevada

De acordo com o projeto de lei orçamentária para 2022, o espaço necessário para o Auxílio Brasil no ano que vem é de R\$ 35,3 bilhões, mas o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, já estima que a elevação dos valores atuais do Bolsa Família e a ampliação da base de beneficiários aumentará essa conta para R\$ 84,7 bilhões no próximo ano.

Portanto, o Executivo afirma que só será possível elevar o tiquete médio do novo programa se a PEC dos Precatórios for aprovada pelo Congresso. Não há plano B, segundo o Ministério da Economia e o ministro da Cidadania, João Roma. O programa,

no entanto, só poderá ser mantido de forma permanente se a proposta da reforma do Imposto de Renda, que está no Senado, for aprovada.

Segundo o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra, isso pode ocorrer em breve, já que há conversas em andamento com o relator do PL 2337/21, o senador Angelo Coronel (PSD-BA). Coronel tem se mostrado pouco disposto a acelerar seu relatório e já postergou a entrega mais de uma vez. Procurada pelo **Correio**, a equipe do parlamentar disse apenas que ele “trabalhará no seu tempo para apresentar o relatório quando achar que tem em mãos uma peça que beneficie a sociedade”. (IM)

Roque de Sá/Agência Senado



Decisão da CMO precisa ser ratificada pelo Congresso